TIMORENSES EM PORTUGAL: ANTROPOLOGIA E REPRESENTAÇÃO NA EXPOSIÇÃO COLONIAL DO PORTO DE 1934

GONÇALO ANTUNES

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
gonçalo.flc.antunes@gmail.com

Este texto é o produto inicial de uma pesquisa em curso.[1] Para esta apresentação, foi selecionada uma pequena parte do material já recolhido, concretamente a referente à participação de timorenses na Primeira Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto em 1934. Devido às limitações que esta situação representa, não é possível retirar conclusões muito consistentes relativamente à problemática que se pretende estudar. No entanto, julgo que o material aqui apresentado tem, na condição de estudo de caso, solidez suficiente para autorizar algumas leituras parciais; permite nomeadamente revelar a diversidade de representações sobre os povos timorenses, existente em Portugal, no início do século XX. Para tal serão analisadas as representações relativas aos timorenses que se apresentaram na Exposição Colonial de 1934. O que se pretende demonstrar é que, neste evento, os indígenas de Timor foram representados como "selvagens", num estádio civilizacional inferior ao dos portugueses; e, paralelamente, como "assimilados", cidadãos de pleno direito do estado português. Por conseguinte, estas duas representações, pela sua ambivalência e mútua referência, não permitiam criar uma visão unívoca e coerente dos timorenses.

O texto que se segue encontra-se dividido em quatro partes nas quais se procura, primeiro, contextualizar a organização do evento em termos históricos e ideológicos e fazer uma descrição do evento organizado em 1934. De seguida serão analisadas as representações dos timorenses patentes na exposição e nos meios de comunicação da época. Aqui, começar-se-á por analisar as representações que transmitiam uma imagem mais negativa dos timorenses, para, depois, explorar aquelas que os pretendiam igualar aos restantes portugueses. Por último, procura-se analisar algumas das implicações da coexistência das representações identificadas.

[1] Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto *As ciências de classificação antropológica em 'Timor Português' (1894-1975)* (Referência HC/0089/2009), em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia. Este é também um produto inicial de um nascente projeto de doutoramento, denominado *Mobilidade, exposições e história colonial: um estudo sobre Timorenses em Portugal na primeira metade do século XX*, que beneficia do apoio de uma bolsa da FCT (Ref. SFRH/BD/75963/2011).

A EXPOSIÇÃO COLONIAL DE 1934

Eventos como a Exposição Colonial organizada no Porto em 1934, misturavam elementos científicos, populares e de propaganda. Tal tipo de eventos já vinha sendo realizado desde o final do século XIX, estando associado a uma transformação das políticas coloniais europeias, após a Conferência de Berlim. Esta mudança surgiu da necessidade de ocupar efetivamente os territórios ultramarinos através da criação de uma administração que possibilitasse a extração eficiente de matérias-primas. Para tal, foi necessário o emprego de força militar e a fixação de colonos europeus nas colónias; devido, entre outras coisas, aos elevados custos, muitas vozes na Europa se ergueram contra os novos projetos imperiais.

De forma a apaziguar estas vozes surgiu uma série de eventos que tinha como fim, por um lado, apresentar os recursos das colónias e as vantagens da sua exploração e, por outro, legitimar a violência subjacente a essa mesma exploração. Assim, a partir de 1889, assiste-se ao surgimento de novas formas de representação dos impérios, com a Exposição Universal de Paris. Esta foi a primeira grande exposição destinada, claramente, a familiarizar os franceses com o seu império, numa França acabada de sair da guerra Franco-Germânica e que encontrava no projeto imperial a sua nova missão. Esta exposição foi fortemente influenciada pelos espetáculos etnográficos, então bastantes populares, em que povos ditos "selvagens" eram expostos para consumo popular.2 Assim, o governo francês decidiu tornar a apresentação de indivíduos originários dos territórios ultramarinos em elemento central do evento que celebrava a República e o seu Império (Hale, 2002).

Nestas exposições, os habitantes dos territórios coloniais eram apresentados em aldeias indígenas, num espaço fisicamente separado daquele que representava as metrópoles. Segundo Dana Hale (2002), esta separação espacial tinha três efeitos. Em primeiro lugar, o espaço das aldeias era apresentado como um espaço exótico onde os franceses podiam ir observar indígenas e divertir-se; em segundo lugar, familiarizava o público francês com o império, gerando apoio para o mesmo; por último, demonstrava a superioridade francesa em relação aos outros povos, ideia que era reforçada por diferentes culturas materiais: à maquinaria sofisticada opunham-se casas de palha e construções rústicas.

[2] O local mais popular de tais representações foi o *Jardin Zoologique d'acclimatation,* que iniciou os seus espetáculos etnográficos em 1887 e os prolongou até 1912.

Detalhe de uma aldeia indígena com o teleférico na Exposição Colonial do Porto.
Fonte: Álbum Fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa.

Em 1934, o governo português procurava também redefinir a sua relação com os territórios coloniais, vendo neles a legitimação da sua existência enquanto nação. Para implementar esta nova visão e para combater o ceticismo que se fazia sentir em relação ao projeto imperial, o Estado Novo promoveu, desde o início, a realização de uma série de manifestações culturais que procuravam dar a imagem de Portugal como um grande império colonial. Como afirma Omar Thomaz, estas manifestações "tinham como objectivo provar a existência de um 'saber colonial português' e, ao mesmo tempo, fazer com que um conjunto de representações cruzasse os muros da academia na criação de uma 'mentalidade' que transformasse todos os portugueses em participes de um drama que se realizaria plenamente nas terras longínquas do império: o de uma nação que encontrou no império sua tradução e sua razão de ser. " (Thomaz, 2002: 21-22) A Exposição do Porto tinha então um triplo objetivo: definir o Império como a razão de ser da nação; legitimar Portugal enquanto potência imperial junto das outras nações europeias; e, por fim, cativar os portugueses da metrópole para o ideal imperial de nação. A cerimónia inaugural da Primeira Exposição Colonial Portuguesa decorreu no dia 16 de junho de 1934. Nesta cerimónia, Henrique Galvão, o comissário geral do evento, explicitou claramente esses princípios:

> "Só têm o direito de possuir colónias aqueles povos, que, na ordem internacional, têm uma finalidade a alcançar. E nós, embora durante um momento – que, todavia, durava há cem anos – tínhamos esquecido as colónias que para Portugal são as determinantes da sua finalidade internacional […]
>
> Era realmente tempo de arrepiarmos caminho e reconquistarmos o prestígio e o terreno perdido. […] [O] cumprimento [da nossa missão] desenvolve-se dentro duma concepção imperial – velha de séculos na História portuguesa, que não tem o significado militarista que

> tantas vezes anda ligado às ideias imperiais, mas sim o da constituição pacífica de uma unidade política, moral, espiritual e económica, entre o Portugal da metrópole e o imenso Portugal de além-mar." (Galvão, 1934: 222-224)

Henrique Galvão afirmava ainda que a Exposição tinha o intuito de ser a lição de colonialismo que, até então, não fora ainda dada ao povo português. Pois, dizia Galvão:

> "Não podem amar-se as colónias sem se conhecerem […].
>
> Na impossibilidade de levar todos os portugueses às colónias, procurámos fornecer a lição trazendo das colónias o que praticamente pode contribuir para permitir a seu respeito um conhecimento exacto e consciente." (Galvão, 1934: 233)

O Palácio de Cristal e os jardins que o circundavam eram os dois elementos centrais da Exposição. Dentro do palácio estava patente uma exposição que procurava mostrar diversos aspetos das colónias: os recursos das províncias ultramarinas, as atividades económicas aí desenvolvidas e o investimento que estava a ser feito junto das populações. Nos jardins foram erguidas "aldeias indígenas", onde se instalaram, durante o decorrer da exposição, indivíduos que representavam os povos coloniais.

A exposição apresentada no palácio compunha-se por duas grandes secções, uma dedicada à "história" do império português e outra à "obra colonial portuguesa". Para além destas duas secções, outras, mais pequenas, eram dedicadas a representações etnográficas, a campanhas militares, e a trabalhos realizados no âmbito da antropologia e da ação missionária. Aqui encontravam-se uma variedade de objetos, desde artefactos dos povos das colónias, a modelos das cabeças humanas dos mesmos, passando por uma coleções de armas utilizadas nas vitoriosas guerras coloniais, ou a modelos das missões onde se difundia o catolicismo.

Nos jardins do palácio encontrava-se o elemento que mais estimulou a curiosidade dos portugueses da metrópole: as comitivas de representantes vivos das colónias. Os organizadores da exposição construíram várias aldeias indígenas onde foram acomodados cerca de 324 indígenas vindos das colónias africanas, e também de Índia, Macau, e Timor. Segundo Henrique Galvão, estas aldeias visavam mostrar aos portugueses, num "ambiente tão aproximado quanto possível do próprio, indígenas de todas as Colónias." (Galvão cit. in Matos, 2006: 194)

Fotografia da Aldeia Timorense com os representantes daquela colónia
Fonte: Álbum Fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa.

Foi neste contexto que, no início de maio de 1934, chegou a Portugal uma comitiva composta por 9 Timorenses, ditos representantes dos povos daquela possessão ultramarina. A comitiva era encabeçada pelo coronel de 2ª linha e chefe de suco Dom Aleixo Corte Real, sendo que a maioria dos restantes membros do grupo lhe estavam de alguma forma relacionados: Adriano Corte Real (seu filho); Dona Maria Amado de Jesus Corte Real (sua esposa); Dom Carlos Ximenes da Costa (tenente-coronel de segunda linha, seu aliado) e Maria Guilhermina e Joana Marques (filha e sobrinha deste último); Mafalda Fernandes (dama de honor de Dona Maria Amado); e, por fim, Co-Mai (artista de ourivesaria e ordenança de Dom Aleixo). A chegada desta e de outras comitivas foi objeto de intensa propaganda colonial, recebendo grande destaque na imprensa nacional da época. No dia 13 de maio, por exemplo, o *Jornal de Notícias* noticiava a chegada dos timorenses ao Porto, sublinhava assim o entusiasmo da população que recebia e observava a comitiva:

> "Ontem, logo às primeiras horas da manhã, o comboio-correio de Lisboa despejou na estação de São Bento mais nove indígenas – os representantes da Ilha de Timor – para a I Exposição Colonial Portuguesa. […] A passagem dos representantes de Timor pelas ruas do Porto despertou na população citadina uma grande curiosidade. Os homens, em número de 4 – traje misto de europeu e asiático – caminhavam com certa imponência, muito senhores de si. As mulheres, um pouco mais vaidosas, vestiam quimonos e cubaias de cores garridíssimas e desenhos vistosos, que causavam certa inveja ao elemento feminino. Uma multidão enorme, curiosa, seguiu-os interessadamente até aos portões do Palácio, onde, impotente para entrar, estacionou por largo tempo." (Anónimo, 1934a)

Esta notícia ilustra, em certa medida, a dupla visão que, em Portugal, os timorenses despertavam. Com efeito, dizia-se, por um lado, que os timorenses haviam sido "despejados" na estação de São Bento; por outro lado, descrevia-se o seu porte ao caminhar como expressando

"certa imponência". Vamos, de seguida, procurar analisar melhor essa duplicidade nas imagens criadas, em relação aos timorenses, durante a Exposição Colonial do Porto.

OS TIMORENSES COMO "SELVAGENS"

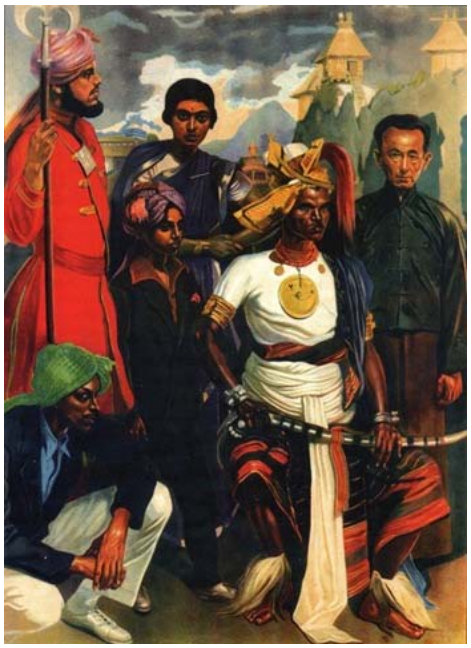
No ideal imperial que Portugal procurava difundir, a ocupação dos territórios ultramarinos, e consequente opressão dos povos autóctones, era legitimada por conceções evolucionistas. De acordo com estas conceções, os diferentes grupos humanos encontravam-se em patamares de desenvolvimento distintos, posicionando-se as civilizações europeias no topo da escala. Assim, a missão colonial de Portugal presumia o resgatar das populações dos territórios ultramarinos de uma situação de "primitivismo" para níveis de desenvolvimento mais elevados. Esta visão vinha a ser desenvolvida na Europa há algumas décadas, ganhando força à medida que a ocupação efetiva dos territórios ultramarinos se tornava uma necessidade, face à concorrência entre potências europeias. Segundo Omar Thomaz, estas visões começam a generalizar-se em Portugal a partir de 1891:

> "O momento posterior ao ultimato de 1891 é caracterizado pelo triunfo de uma ideologia colonialista pragmática, funcional e abertamente 'racista', com o domínio do darwinismo social na cena intelectual portuguesa, o que legitimaria a violência das guerras de ocupação e os gastos com ela comprometidos." (Thomaz, 2002: 68)

Em 1930, esta diferenciação é firmada na legislação portuguesa, através do Ato Colonial. Aqui, os "nativos" das colónias apareciam definidos como membros da "nação portuguesa", mas assumia-se que as "populações indígenas" das colónias se encontravam em "estados civilizacionais" diferentes, relativamente aos cidadãos metropolitanos. Assim, só pela ação do colonialismo português seria possível levar os povos coloniais até um estado civilizacional mais avançado.

Em 1934, então, os representantes dos povos ultramarinos que chegavam a Portugal chegavam na qualidade de representantes desses povos inferiores, o que despertou grande interesse por parte da população metropolitana. Patrícia Matos, analisando as razões para a atração popular gerada em torno desses indivíduos, observou:

> "Porém a razão não era tanto porque ali fossem transmitidos grandes conhecimentos acerca do interesse e originalidade desses povos, mas porque eles carregavam consigo um exotismo com o qual os habitantes da metrópole não estavam familiarizados; eles eram os 'primitivos' […] que justificavam a permanência de Portugal nos territórios de além-mar. Embora "primitivos" tinham sido pacificados e, por isso, podiam evoluir e tornar-se civilizados, ou seja, verdadeiros cidadãos." (Matos, 2006: 195)



Painel esquerdo de um tríptico de Eduardo Malta, comemorativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa.
Fonte: Álbum comemorativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa

Esta diferenciação entre o grau de desenvolvimento de Portugal e o dos povos das colónias estava patente em diversos elementos da exposição. Na apresentação feita no palácio tudo o que dizia respeito a Portugal metropolitano era exaltado; por oposição, tudo aquilo que respeitava às colónias era depreciado. Ainda na análise deste evento feita por Patrícia Matos, vemos um exemplo da forma como as culturas dos povos das colónias eram apresentadas:

> "Destacamos ainda o grupo de 'Arte Indígena', um 'repositório' de 'manifestações artísticas' dos 'naturais' das colónias, onde se evidenciava o facto de estas manifestações 'toscas' de 'cultura' serem demonstrativas do estádio inferior de civilização de quem as executava." (Matos, 2006: 193)

Esta visão ganhava legitimidade científica na secção expositiva organizada pelo Instituto de Antropologia do Porto.[3] Nesta representava-se a diversidade racial do império português, através de uma tipificação das raças dos diferentes povos do império. Os distintos grupos eram colocados numa escala que representava simultaneamente a humanidade enquanto todo e o império português. Lembrando o destino de alguns desses povos ditos inferiores, esta secção integrava um pequeno mostruário do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, com os crânios humanos daqueles que se tinham revoltado contra Portugal, entre os quais: o "crânio de um régulo de Libolo

[3] Quanto a este facto, há a destacar que, com o desenvolvimento destas teorias e a sua popularização decorrente da exposição, os antropólogos ganharam progressivamente mais destaque, sendo vistos como os mais qualificados para dar explicações relativamente aos indivíduos provenientes de distintas partes do império. Para mais detalhes ver Roque, 2006.

(Angola), morto na revolta de 1918; […] um crânio colhido em Marracuene (Moçambique), […] crânios de indivíduos de diversas castas da Índia; […] (um desses crânios era o do célebre Miéré, chefe dos Ranes da revolta de Satary em 1915); crânio de um indígena de Timor, delegado durante a guerra de 1912". (Anónimo, 1934b)

Pormenor da Secção do Instituto de Antropologia, com crânios de diversos indígenas à esquerda – Fonte: Álbum Fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa.

Saindo do pavilhão em direção aos jardins o visitante deparava-se novamente com uma diferenciação entre metrópole e colónias. Na praça em frente ao pavilhão, nota Matos, "destacavam-se duas fontes luminosas – elementos decorativos, mas ao mesmo tempo demonstrativos do progresso e da tecnologia da metrópole" (Matos, 2006: 192). Esta modernidade contrastava com as aldeias indígenas que se seguiam, de aspeto simples e rústico. Este contraste parecia confirmar aos habitantes tudo o que havia sido mostrado dentro do pavilhão: ao caminhar pelos jardins, podiam rever-se as escalas evolutivas apresentadas e constatar-se o pouco desenvolvimento dos povos indígenas presentes.

OS TIMORENSES INCORPORADOS NA "NAÇÃO PORTUGUESA"

Na Exposição Colonial, os povos das colónias eram genericamente definidos como inferiores aos portugueses. Contudo, eles eram também diferenciados entre si, podendo ser encontrados em diferentes níveis de desenvolvimento. Nesta escala evolutiva o critério de evolução parecia ser a maior ou menor proximidade em relação aos padrões de "civilização" da metrópole. De acordo com esta ideia, os timorenses que participavam na exposição pareciam ser apresentados como bastante próximo do nível de desenvolvimento português, uma vez que vestiam algumas roupas ocidentais, falavam a língua portuguesa, e demonstravam uma elevada fidelidade à nação.

Esta fidelidade a Portugal e esta proximidade ao ideal imperial difundido pelo governo português estava bem patente nas imagens que se transmitiam da comitiva timorense. O *Jornal de Notícias* afirmava: "os bravos timorenses consideram-se orgulhosamente portugueses, manifestando a cada

passo a sua grande satisfação por terem vindo a Portugal, a quem têm sempre servido com a maior lealdade e nobreza" (Anónimo, 1934a). Porém, o ponto mais alto na expressão desta identificação dos timorenses com o império ocorreu durante a visita presidencial ao evento, realizada no dia da sua inauguração. O chefe de estado português foi então recebido pelos timorenses nas aldeias indígenas encenadas. Na ocasião, Adriano Corte Real, filho de Dom Aleixo, leu, em português, o seguinte discurso, no qual se sintetizavam as ideias coloniais portuguesas sobre Timor e se elevava Portugal enquanto potência civilizadora:

> "Durante tempo considerável, essa civilização esteve oscilante. O espírito irrequieto e altivo, aferrado aos usos e costumes dos meus patrícios, aliado ao seu amor pela guerra – que era constantemente alimentado, ora pelas lutas entre os povos de vária procedência e de vária língua, que habitam a mais longínqua possessão de Portugal, ora pelo estado de rebeldia que tanta vez explodiu, sangrenta, contra o reino – não deixaram que a civilização benéfica e criadora dos portugueses trouxesse a seu seio os timorenses. É que não soara ainda a hora de conformidade entre dominados e dominadores. Lentamente, os nossos costumes foram suavizando. As missões religiosas, as escolas do Governo da colónia, a acção administrativa do mesmo Governo – de começo dura, quando as circunstâncias o requeriam, e que, depois, foi abrandando até ser carinhosa – realizaram uma obra de paz e de concórdia. […]
>
> Em 1912, a terra timorense foi campo da mais temerosa rebelião que a sua história regista. Mais de metade da ilha, sob domínio de Portugal, tendo por caudilho Aoliural de Manufahi, varonil fidalgo, mas que o orgulho dementara – pegou em armas contra a bandeira portuguesa. A metrópole não tinha em Timor forças regulares. Pode mesmo dizer-se que estava desarmada. Não se previra o caso da regressão dos timorenses aos instintos primitivos. […]
>
> O governador que combateu, venceu e duramente castigou os que, em 1912, se rebelaram, foi Filomeno da Câmara Melo Cabral, já falecido. Honremos a sua memória de brilhante paladino da causa portuguesa. Hoje, em Timor, já se não ouve o 'Lorsá'. Há vinte e dois anos que se não ouve, nunca mais se ouvirá. Foi substituído por cantos de paz e de trabalho. Definitivamente, os timorenses integraram-se na nobilíssima nacionalidade, a maior de todas – a portuguesa. Entre os chefes fiéis, orgulho-me que estivesse meu pai, aqui presente, D. Aleixo Côrte Real, de antiquíssima ascendência nativa; Nai-Sesso, chefe dos povos do Suro, que dedicadamente cumpriu o dever de fidelidade que o liga à Mãe-Pátria, e que deu o melhor do seu esforço em prol de Portugal, durante essa formidável pugna em que tantas vezes houve lances de trágica grandeza." (Anónimo, 1934a)

Fotografia do Jornal de Notícias do discurso proferido pelo filho de D. Aleixo ao Presidente português – Fonte: Jornal de Notícias, 17 de junho de 1934

A CONDIÇÃO DE SER "CIDADÃO PORTUGUÊS DE TIMOR"

Os dois discursos relativos aos timorenses na Exposição de 1934 indicam a sua condição paradoxal no contexto do império português, e bem assim, porventura, dos povos das colónias em geral. Se, por um lado, eles eram definidos, pelo Ato Colonial, como cidadãos portugueses de pleno direito; por outro lado, eram igualmente associados à imagem de uma humanidade civilizacionalmente atrasada, legitimadora da ocupação portuguesa dos seus territórios. Esta condição não permitia ao povos destas possessões assumir uma posição que fosse simultaneamente digna ou prestigiante. Isto devia-se ao facto de a sua condição subalterna, e de "selvagem", estar sempre na base de qualquer identificação que procurasse estabelecer-se com o império português. Como refere Homi Bhabha (Bhabha, 1984) em relação ao mimetismo dos sujeitos coloniais, estes tornam-se "quase o mesmo, mas não exactamente". De facto, parecia ser esta a condição dos timorenses ditos "civilizados".

Exemplos desta condição são visíveis em diversos momentos da Exposição Colonial de 1934. Os timorenses ali presentes eram apresentados como fiéis membros do império português. Mas não deixa de ser uma realidade que os visitantes do evento eram constantemente lembrados do estado, dito "selvagem", em que se encontravam os povos daquela colónia. Esta insistência na inferioridade dos timorenses não era necessariamente explícita, podendo ser identificada em elementos dispersos. Exemplo é a fotografia com o teleférico da exposição. O teleférico, simbolizando a modernidade, encontrava-se suspenso por cima do lago, junto ao qual estava instalada a comitiva timorense, em casas rústicas e de materiais artesanais. Outro exemplo prende-se com um episódio referido no discurso de Adriano Corte-Real: a grande sublevação de 1912, na qual o seu pai lutou lado a lado com os portugueses. Apesar de os membros da comitiva se terem unido aos vencedores dessa guerra eles não deixam de ter a mesma designação genérica de "timorenses". Assim, paradoxalmente, para o visitante comum, os timorenses "aliados" presentes nas aldeias da exposição representavam o

mesmo grupo que os crânios de inimigos derrotados nessa mesma batalha de 1912, e presentes nos mostruários da secção de antropologia.

O facto de as categorias utilizadas na exposição serem homogéneas, não diferenciando entre os diversos habitantes dos espaços ultramarinos, levava a que todos os habitantes desses territórios tivessem a eles associado qualquer coisa de "primitivo". Esta ideia encontrava-se claramente explicitada numa ilustração de Eduardo Malta no álbum comemorativo da Exposição do Mundo Português, realizada seis anos mais tarde. Nesta ilustração Dom Aleixo Corte-Real é desenhado em trajes europeus, tendo a seus pés o seu filho vestido com roupas tradicionais timorenses. Sem o fazer diretamente, o artista parece querer reafirmar a natureza "selvagem" dos indígenas das colónias. Pois, mesmo quando estes se apresentam em trajes claramente europeus, há neles sempre elementos do passado que os impedem de assumir, plenamente, o lugar de "civilizados".

Dom Aleixo Corte Real – Ilustração de Eduardo Malta
Fonte: Álbum Comemorativo das Festas Centenárias de Guimarães, do Cortejo do Mundo Português e da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. ©SGL

Referências

ALVÃO, Domingos (1934), *Álbum Fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, Porto : Litografia Nacional.

ANÓNIMO (1934), "Visita Presidencial ao «Palácio das Colónias» e suas dependências", *Boletim Geral das Colónias,* vol. X, nº 109: 169-184.

ANÓNIMO (1934a), *Jornal de Notícias*, 13 de maio de 1934: 2.

ANÓNIMO (1934b), *Jornal de Notícias*, 23 de junho de 1934: 6.

BHABHA, Homi (1984), "Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse", *October* vol. 28: 125-133.

GALVÃO, Henrique (1934), "Discurso na Sessão Solene no Palácio da Bolsa para inauguração da Exposição Colonial", *Boletim Geral das Colónias*, vol. X, nº 109: 219-235

HALE, Dana S. (2002), "L'indigéne" mis en scène en France, entre exposition et exhibition (1880-1931)", in Bancel, Nicolas et all. (ed.), *Zoos Humains: de la vénus hottentote aux reality shows.* Paris. La Découverte: 315-322.

MATOS, Patrícia Ferraz (2006), *As Cores do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ROQUE, Ricardo (2006), "A Antropologia Colonial Portuguesa (c. 1911-1950)", in Diogo Ramada Curto (dir.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 789-822.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2002), *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português*, São Paulo: Fapesp.

VÁRIOS (1940), *Álbum Comemorativo das Festas Centenárias de Guimarães, do Cortejo do Mundo Português e da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português*, Porto: Litografia Nacional.